

Subcomissão do Executivo

PAULO

Domingo, 24 de maio de 1987 — POLÍTICA — 1.º caderno — A - 5

aprova 5 anos para Sarney

Janio de Freitas

O favor secreto de Sarney

A transformação do Planalto em balcão e dos postos e dinheiros públicos em bens para favorecimento das ambições pessoais de José Sarney, simbolizadas na volúpia dos cinco anos de poder, têm aspectos positivos que a repulsa a estes métodos, indignos da Presidência, não deve obscurecer.

Sarney assume a sua face, mostra-se de corpo inteiro — e nada pior para um país do que ter como primeiro mandatário uma personalidade mal conhecida pelos cidadãos. Eis aí, para quem não o conheceu, o governador Sarney e os métodos com que feudalizou o Maranhão. E, para quem não o reteve na memória dos fatos recentes, o parlamentar que no Congresso defendeu todos os atos torpes da prepotência ditatorial e fora dele valeu-se das mais diversas oportunidades que uma ditadura oferece a seus áulicos.

De outra parte, a autenticidade pessoal assumida por Sarney tende a forçar o PMDB, ou ao encerramento de um ciclo, ou a sofrer as consequências imploráveis de tentar mantê-lo.

Com o êxito de Tancredo explorando a idéia de "conciliação", os escassos recursos imaginativos da classe política levaram-na, e em especial aos peemedebistas, a fazer da imitação barata de Tancredo um pretexto com que encobrir suas perplexidades, a falta de espírito público e de noção lealdade aos compromissos, o oportunismo ilimitado e a covardia. Confronto, seja em que nível for e em torno do que for, tornou-se palavra proibida. A política, porém, é a criação da inteligência para solver as naturais divergências entre as propostas, as necessidades e os interesses dos diferentes grupos da sociedade. O que implica ter a política, por definição, o confronto como pressuposto e como essência. Mesmo um pacto é o reconhecimento da posições em confronto, calando-se temporariamente as divergências graças à força maior de objetivos

conciliáveis. No Brasil, no entanto, ninguém vislumbra perspectivas para um pacto, mas todos se apegam à farsa da conciliação, que não passa, pois, de bom-mocismo amalandrado. É um conto do vigário, com gravata. E, em certos casos, com jaquetão de molde mexicano, que esconde deformações do corpo, mas não da alma.

Com sua operação de compra e venda, com as perseguições, com a recusa ao reconhecimento da Constituinte, Sarney lançou governadores e parlamentares do PMDB diante deste dilema: ou diante dele se põem de joelhos (com os bolsos cheios) ou vão ao reencontro, embora com a precariedade do preparo, da obra institucional, política e social com que se comprometeram através de belas palavras e se descomprometeram uma vez tornados politicamente majoritários. Por uma ou outra via, tende-se para o fim do ciclo da "conciliação". Ou porque o PMDB volta a si ou porque se transfigura de vez no que antes combateu.

Não é provável que por muito tempo mais vejamos pessoas como Ilysses Guimarães, Mário Covas, Miguel Arraes, Waldyr Pires, Severo Gomes, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e tantas outras proeminências do PMDB; e Afonso Arinos, Marco Maciel e tantos outros liberais do PFL, silentes e omissos, e portanto em plena conviência, com atos como a utilização por Sarney, há duas semanas, do decreto-secreto — a mais monstruosa imoralidade institucional criada pela ditadura. Podemos até vê-los, ou a muito deles, persistentes na mesma omissão e na mesma conviência, mas não serão mais, definitivamente, os mesmos. Terão escolhido a sua via, entre as duas que Sarney lhes oferta com generosidade e a opinião pública identificará, ainda que por intermédio de uns poucos. De secreto só ficará o decreto, se ficar. Porque muita gente, até na política, que cumpre os seus compromissos.

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney obteve na madrugada de ontem uma importante vitória no Congresso constituinte: a Subcomissão do Poder Executivo rejeitou, por dezessete votos contra oito, a proposta de seu relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), de eleição à Presidência da República em 1988. Liderados pelo deputado Expedito Machado (PMDB-CE), deputados peemedebistas do grupo "Centro Democrático" — aliados com o PFL, PDS e PTB — aprovaram proposta do deputado Henrique Alves (PMDB-RN) que fixa em cinco anos o mandato do presidente. "Foi uma ótima solução", disse o consultor-geral da República, Saulo Ramos. Sarney foi informado da decisão ontem de manhã pelo deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo.

A subcomissão aprovou também a proposta de Fogaça de implantar no país um sistema neoparlamentarista de governo, por 23 votos a dois. Mas também neste ponto foi alterado texto do relator. Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, dos Gabinetes Civil e Militar e das Relações Exteriores foram excluídos do voto de desconfiança do Parlamento. Os demais poderão sofrer essa sanção. Os atuais ministros terão um prazo de "carência" de seis

meses a partir da promulgação da Constituição.

A reunião durou das 18h30 da sexta-feira às 6h30 de ontem. O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), que liderava o grupo a favor da proposta do relator, tentou até o amanhecer obstruir a votação.

Sarney quer negociar Reforma Agrária

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney, 56, disse ontem ao ouvidor-geral da República, Fernando César Mesquita, que a escolha do substituto de Dante de Oliveira no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário será feita "mediante negociação com as lideranças políticas no Congresso". Afirmou ainda que não nomearia

nenhum novo ministro nesse fim-de-semana. Em conversas reservadas, no entanto, Sarney declarou que gostaria de aproveitar a saída de Dante para recompor seu relacionamento político com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Especulava-se ontem, em Brasília, em torno de dois nomes: Osvaldo Lima Filho, deputado do PMDB-PE, e Carlos Wilson, vice de Arraes.